



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

ALBERTO BRUNO ALMEIDA DA SILVA

**PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR DO AGRESTE PARAIBANO:
UMA TIPIFICAÇÃO CONTEXTUALIZADA**

JOÃO PESSOA

2018

ALBERTO BRUNO ALMEIDA DA SILVA

**PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR DO AGRESTE PARAIBANO:
UMA TIPIFICAÇÃO CONTEXTUALIZADA**

Monografia apresentada ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal da Paraíba,
como pré-requisito para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Ivan Targino Moreira.

JOÃO PESSOA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A447p Almeida da Silva, Alberto Bruno.

PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR DO AGRESTE PARAIBANO:
UMA TIPIFICAÇÃO CONTEXTUALIZADA / Alberto Bruno Almeida da Silva.
– João Pessoa, 2018.
52f.

Orientador(a): Prof^o Dr. Ivan Targino Moreira .
Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas) – UFPB/CCSA.

1. Agricultura Familiar. 2. Agreste Paraibano. 3. Produção. 4. Emprego. I.
Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:33(043.2)

Gerada pelo Catalogar - Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica do
CCSA/UFPB, com os dados fornecidos pelo autor(a)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA

Comunicamos à Coordenação de Monografia do Curso de Graduação em Ciências Econômicas (Bacharelado) que a monografia do aluno Alberto Bruno Almeida da Silva, matrícula 2016011161, intitulada “PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR DO AGRESTE PARAIBANO: UMA TIPIFICAÇÃO CONEXTUALIZADA”, foi submetida à apreciação da comissão examinadora, composta pelos seguintes professores: Prof. Dr. Ivan Targino Moreira, Prof^ª. Dra. Rejane Gomes Carvalho e; Prof^º. Ms. Alysson André Oliveira Cabral no dia 30/05/2018, às 10h00, no período letivo de 2017.2.

A monografia foi _____ pela Comissão Examinadora e obteve nota (_____).

Reformulações sugeridas: Sim () Não ()

Atenciosamente,

Prof. Dr. Ivan Targino Moreira (Orientador)

Profa. Dra. Rejane Gomes Carvalho (Examinador)

Prof. Ms. Alysson André Oliveira Cabral (Examinador)

Prof. Dr. Liedje Bettzide Oliveira de Siqueira (Coordenador de Monografia)

Prof. Dr. Adriano Firmino Valdevino de Araújo (Coordenador do Curso)

Prof. Dr. Paulo Amilton Maia Leite Filho (Chefe de Departamento)

Ciente: _____
Alberto Bruno Almeida da Silva (Aluno)

Dedico este trabalho à minha mãe, Elinelma de Fátima, ao meu irmão, José Henrique, pelo apoio incondicional nesta jornada, bem como meus aos meus amigos, colegas e professores do curso que atuaram positivamente na minha formação acadêmica e cidadã.

AGRADECIMENTOS

Em especial à minha mãe, Elinelma de Fátima, e ao meu irmão, José Henrique, por todo apoio dado até hoje, principalmente pela compreensão durante minha caminhada na graduação.

Ao meu orientador, Prof Ivan Targino, exemplo de cidadão e de profissional, cuja sabedoria foi essencial para uma maior compreensão de meu papel como agente social. Sou grato por todas as oportunidades dadas a mim, as quais nunca vou esquecer.

Ao economista Ernesto Luiz, por seu conhecimento sobre sociedade e economia compartilhado comigo durante minhas visitas ao GAPPE.

À Universidade Federal da Paraíba, por ter possibilitado a estrutura e as oportunidades de participação em projetos de extensão e de pesquisa que contribuíram para a realização deste trabalho.

Aos professores do Departamento de Economia da UFPB, os quais sempre incentivaram o aprendizado contínuo, sempre dispostos a sanar minhas dúvidas.

Aos meus ex-companheiros de trabalho e atuais amigos, Edward Ferreira e Jorge Pohren por todo incentivo dado na época em que trabalhamos juntos.

A meus amigos e ex-companheiros de pesquisa Renato Wodson, Felipe Rômulo e Pedro Jorge, por todas as discussões que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

Além destes nomes, existem dezenas de outros que não citarei para não arriscar esquecer-se de algum e acabar sendo injusto, mas que contribuíram para o que sou hoje. Muito obrigado a todos.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo verificar indícios de persistência de formas de produção familiar na mesorregião do Agreste Paraibano. Para esta verificação, foi traçado o perfil dos estabelecimentos familiares rurais da mesorregião quanto à organização da produção e ao emprego. Trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva, tendo como base de dados principal o Censo Agropecuário de 2006. Foram levantadas informações sobre a estrutura fundiária, as características do produtor (sexo, idade e nível de instrução), a base técnica da produção, a composição da produção animal e vegetal, e o emprego da mão-de-obra. Além dos dados do censo, foram coletadas informações secundárias que auxiliassem na contextualização dos dados principais. Através da análise dos dados foi possível verificar a existência de um elevado nível de concentração fundiária, juntamente com uma caracterização socioeconômica que poderia ser impeditiva ao aumento da produtividade da forma de produção familiar. Frente a estes problemas, foi constatada a atuação de grupos socioterritoriais, somada à existência de políticas públicas voltadas para a reforma agrária, que vêm lutando para a atenuação das conseqüências do quadro de desigualdade no campo. A produção familiar do Agreste Paraibano foi representante significativa da produção de alimentos do estado da Paraíba, sendo estudados os produtos da lavoura temporária, lavoura permanente, e pecuária. Em relação ao emprego no campo, a agricultura familiar também foi a responsável pela absorção da maioria da mão-de-obra em atividade na produção agropecuária. Como forma de complemento de renda da atividade no campo, destacou-se a presença da pluriatividade, sendo essa uma estratégia de permanência no meio rural. A agricultura familiar agrestina permanece, se adaptando para a superação das barreiras que ameaçariam a sua continuidade. Isto com o apoio de grupos sociais organizados em torno das questões socioeconômicas do campo, e por meio de políticas públicas voltadas para este universo.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Agreste Paraibano. Produção. Emprego.

ABSTRACT

This final paper aims to verify evidence of persistence of family production forms in the Agreste Paraibano mesoregion. For this verification, was stroke the profile of rural households in the meso-region as regards the organization of production and employment. It is a research of a descriptive nature, having as main database of the Agricultural Census of 2006. Were collected informations about the land structure, characteristics of the producer (sex, age and level of education), technical basis of production, composition of animal and vegetable production and the employment of the labor force were collected. In addition to the census data, secondary information was collected to assist in the contextualisation of the main data. Through the analysis of the data it was possible to verify the existence of a high level of land concentration, together with a socioeconomic characterization that could be impeditive to increase the productivity of the family production form. Faced with these problems, the performance of socio-territorial groups was verified, together with the existence of public policies aimed at agrarian reform, which have been struggling to alleviate the consequences of the inequality in the countryside. The family farming of the Agreste Paraibano was a significant representative of the food production of the State of Paraíba, being studied the products of temporary agriculture, permanent agriculture, and livestock. In relation to employment in the countryside, family agriculture was responsible for absorbing the majority of the labor force in agricultural production. As form of complement to activity income in the countryside, the presence of plurality was highlighted, being this a strategy of permanence in the rural environment. The family farming remains, adapting itself to overcome the barriers that would threaten its continuity. This with the support of social groups organized around the socioeconomic issues of the countryside, and through the means of public policies aimed at this universe.

Keywords: Family Farming. Agreste Paraibano. Production. Employment.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Brasil, Nordeste, Paraíba e Agreste Paraibano: Números de estabelecimentos e áreas dos estabelecimentos agropecuários no ano de 2006.....	23
Tabela 2 -	Brasil, Nordeste, Paraíba e Agreste Paraibano: Forma de obtenção das terras no ano de 2006.....	25
Tabela 3 -	Brasil, Nordeste, Paraíba e Agreste Paraibano: Estabelecimentos por condição do produtor em relação a terra no ano e 2006.....	26
Tabela 4 -	Brasil, Nordeste, Paraíba e Agreste Paraibano: Estabelecimentos agropecuários por sexo do produtor que dirige o estabelecimento no ano de 2006.....	27
Tabela 5 -	Brasil, Nordeste, Paraíba e Agreste Paraibano: Estabelecimentos por classe de idade do produtor no ano de 2006.....	28
Tabela 6 -	Brasil, Nordeste, Paraíba e Agreste Paraibano: Nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento no ano de 2006.....	29
Tabela 7 -	Paraíba e Agreste Paraibano: Recebimento de orientação técnica no ano de 2006.....	31
Tabela 8 -	Paraíba e Agreste Paraibano: Estabelecimentos agropecuários por tipo de máquina e implemento agrícola no ano de 2006.....	31
Tabela 9 -	Paraíba e Agreste Paraibano: Estabelecimentos agropecuários que fizeram uso agrotóxico no ano de 2006.....	33
Tabela 10 -	Paraíba e Agreste Paraibano: Tipo de equipamento utilizado na aplicação do agrotóxico no ano de 2006.....	33
Tabela 11 -	Paraíba e Agreste Paraibano: Estabelecimentos agropecuários com uso de irrigação no ano de 2006.....	35
Tabela 12 -	Nordeste, Paraíba e Agreste Paraibano: Estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento no ano de 2006.....	36
Tabela 13 -	Paraíba: Número e contratos e valores concedidos pelo PRONAF por tipo de contrato do ano de 2006 a 2012.....	37
Tabela 14 -	Paraíba e Agreste Paraibano: Direcionamento do investimento no ano de 2006.....	37
Tabela 15 -	Paraíba e Agreste Paraibano: Área (ha) das terras por tipo de utilização no ano de 2006.....	38

Tabela 16 -	Paraíba e Agreste Paraibano: Quantidade produzida na lavoura temporária no ano de 2006.....	39
Tabela 17 -	Paraíba e Agreste Paraibano: Valor da produção temporária no ano de 2006.....	40
Tabela 18 -	Paraíba e Agreste Paraibano: Quantidade produzida lavoura permanente no ano de 2006.....	41
Tabela 19 -	Paraíba e Agreste Paraibano: Valores mais significativos da produção dos estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existente em 31/12/2006.....	41
Tabela 20 -	Paraíba e Agreste Paraibano: Produção por tipo de efetivo no ano de 2006.....	42
Tabela 21 -	Nordeste, Paraíba e Agreste Paraibano: Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários no ano de 2006.....	44
Tabela 22 -	Paraíba e Agreste Paraibano: Grupo de renda no ano de 2006.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural.
BCB	Banco Central do Brasil.
BR	Brasil.
CCF	Compra via crédito fundiário.
CP	Compra de particular.
CPT	Comissão Pastoral da Terra.
EJA	Educação de Jovens e Adultos.
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
EP	Empregado Permanente.
ET	Empregado Temporário.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IGP-DI	Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MST	Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra.
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego.
NE	Nordeste.

PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais.
SINITOX	Sistema Nacional de Informações Tóxico Farmacológicas.
TRA	Titulação via reforma agrária.
VTP	Valor Total da Produção.

SUMÁRIO

1 -	INTRODUÇÃO.....	13
2 -	ABORDAGEM TEÓRICA.....	16
3 -	METODOLOGIA.....	20
4 -	ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO.....	23
4.1 -	ESTRUTURA FUNDIÁRIA.....	23
4.2 -	CARACTERÍSTICAS DO PRODUTOR.....	25
4.2.1 -	Condição do produtor em relação às terras.....	25
4.2.2 -	Sexo do produtor.....	26
4.2.3 -	Idade do produtor.....	27
4.2.4 -	Nível de instrução do produtor.....	28
4.3 -	BASE TÉCNICA DA PRODUÇÃO E FINANCIAMENTO.....	30
4.3.1 -	Orientação técnica.....	30
4.3.2 -	Tipo de máquina e implemento agrícola.....	31
4.3.3 -	Uso de agrotóxico.....	32
4.3.4 -	Uso de irrigação.....	34
4.3.5 -	Financiamento e investimento.....	35
4.4 -	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS E PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA.....	38
4.4.1 -	Utilização das terras.....	38
4.4.2 -	Produção e valores na agropecuária.....	39
4.4.2.1 -	Lavoura temporária.....	39
4.4.2.2 -	Lavoura permanente.....	40
4.4.2.3 -	Produção pecuária.....	42
4.5 -	TRABALHO E RENDA.....	43
5 -	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
	REFERÊNCIAS.....	49

1 – INTRODUÇÃO

A produção de alimentos, como tudo relacionado a ela, gera uma discussão extensa em todo o Mundo, e vem ganhando mais importância com o passar do tempo. Schneider (2017) destaca que o Mundo vem enfrentando desafios, não só no que se refere ao aumento da produtividade agrícola para alimentar uma população crescente, mas também à qualidade desses alimentos, atentando para a garantia da soberania alimentar.

No Brasil, os grandes latifúndios ocupam-se do cultivo de monoculturas para exportação, com fins estritamente comerciais. Então, acaba ficando a cargo das pequenas propriedades a produção de alimentos responsáveis tanto pela subsistência da unidade familiar produtora como da população.

O ano de 2016 foi marcado pela extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ocorrendo a transferência das secretarias da reforma agrária e do Incra para a Casa Civil. Opositores a este processo argumentam que se trata de um retrocesso histórico, levando a um enfraquecimento das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, principalmente pela existência do embate de interesses, já que o Ministro-Chefe da Casa Civil, até este momento, é Eliseu Padilha, conhecidamente ligado aos interesses dos ruralistas.

Dada essa discussão e este desencontro entre a tendência mundial e a recente redução da importância dada ao setor produtor de alimentos com garantia de soberania alimentar no Brasil, será tratada aqui a permanência da agricultura familiar, no que tange a seu papel na produção de alimentos e na geração de emprego na mesorregião do Agreste Paraibano, localizada no Estado da Paraíba.

Historicamente, a produção de pecuária e policultura dessa mesorregião está ligada à forma como foi distribuído o espaço produtivo durante o seu processo de ocupação e do povoamento. Por conta da atividade açucareira que se expandia pelo litoral, se fez necessário que essa região ficasse responsável pelo cultivo de policulturas alimentares e pela criação de um efetivo animal para autoconsumo, visto que a produção de açúcar tinha se tornado a especialização produtiva na região do litoral paraibano, criando, assim, uma divisão espacial do trabalho (MOREIRA e TARGINO, 1997).

A região passou por um processo de evolução dos seus ciclos produtivos, sendo os mais representativos o ciclo do algodão e da criação de gado, do café, do agave, da cana e da fruticultura na atualidade. E, apesar desses ciclos produtivos terem um maior destaque nas

formas de utilização do solo, lavouras temporárias como a mandioca, o milho, a fava e o feijão eram um primordial complemento da paisagem agropastoril da região, dado seu caráter de produção de subsistência. Logo, a presença da pequena produção alimentar dos pequenos produtores representava um fator de neutralização dos efeitos negativos da produção de monoculturas pelos grandes latifundiários (MELO, 1958).

Em caráter de subsistência, a produção agrestina de alimentos tinha como atividade complementar a criação animal para autoconsumo, logo, caracterizada no âmbito regional como pequena produção, já que as atividades eram realizadas em pequenas propriedades com trabalho familiar, nos sítios. Como produção para autoconsumo, cultivava-se milho, feijão e mandioca, que são lavouras de alimentos tradicionais, e que, como poderá ser verificado nos resultados coletados do Censo Agropecuário de 2006, é uma produção que ainda se mantém como representativa nos pequenos estabelecimentos do Agreste. A presença desse tipo de atividade produtiva, haja vista sua diversidade de cultura alimentar foi responsável pelo adensamento populacional na região. Diversidade que veio a se contrapor com a atividade de monocultura da cana-de-açúcar, que estava a ser realizada na região do litoral paraibano, e que se encontrava essencialmente submetida aos interesses do capital mercantil, enquanto que a produção de policultura e de animais na região agrestina tinha como objetivo essencial a sobrevivência da população naquela região e fornecimento de alimentos para outras regiões do Estado (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Levando em consideração esse contexto, o presente trabalho tem como objetivo geral traçar o perfil da agricultura familiar na mesorregião do Agreste Paraibano, com base nos dados levantados pelo Censo Agropecuário de 2006.

Além desse objetivo geral, o trabalho também se propõe alcançar os seguintes objetivos específicos: a) traçar o perfil dos produtores familiares; b) analisar a estrutura fundiária agrestina; c) descrever a organização da produção agropecuária familiar e da base técnica da produção; e d) estudar o nível de composição do emprego rural na mesorregião.

Inicialmente é apresentada a forma que está disposta a estrutura fundiária agrestina, compreendendo o nível de concentração existente de terras, e a atuação de movimentos socioterritoriais na busca por transformações estruturais locais.

Em segundo lugar, são apresentadas as características socioeconômicas referentes aos diretores dos estabelecimentos, mostrando, assim, a forma como essas características podem influir no desenvolvimento do estabelecimento familiar.

Em terceiro lugar, é destacada a base técnica da produção adotada nas pequenas propriedades, indicando as dificuldades existentes, e os meios pelos quais o Estado se fez presente no apoio à atividade campesina.

Em quarto lugar, são postas em evidência as principais lavouras temporárias e permanentes, como também a produção pecuária, essas atividades sendo resultado da estrutura socioterritorial que configura a mesorregião do Agreste Paraibano.

Em quinto lugar, são apresentadas as características socioeconômicas do pessoal ocupado nos estabelecimentos familiares, assim como a forma da mão-de-obra adotada, os rendimentos dos estabelecimentos e a adoção da pluriatividade como forma complementar de se manter em atividade dentro do meio campesino.

Por fim, são apresentadas as considerações finais quanto às perspectivas sobre a continuidade da existência do modo de produção familiar em meio às transformações socioeconômicas em andamento.

2—ABORDAGEM TEÓRICA

Na literatura que trata do entendimento sobre a pequena produção, a qual pode ser classificada como familiar, ou campesina, foi possível verificar linhas de pensamento clássico que divergem sobre a continuidade da existência dessa forma de produção em meio ao desenvolvimento do sistema capitalista.

De acordo com Guzmán e Molina (2013), o debate quanto à continuidade da produção campesina em meio ao avanço do capitalismo se dá em torno de duas matrizes do ideário marxista, as quais são a visão unilinear do desenvolvimento do capitalismo no campo e a visão multilinear desse processo.

Na visão unilinear, o entendimento era de que, com o avanço do capitalismo no campo, seria inevitável a transformação do produtor direto em proletário, já que à medida que este modo de produção fosse se desenvolvendo, o produtor seria dissociado dos meios de produção necessários à sua subsistência, característica inerente ao sistema capitalista (MARX, 1975). Essa corrente ideológica foi defendida por Kautsky (1972) e Lenin (1985).

Para Kautsky (1972), a ideia de diminuição contínua dos pequenos estabelecimentos familiares, tendendo ao desaparecimento, se dava pelo fato da grande propriedade possuir uma capacidade maior de absorção de tecnologia, se comparada à pequena propriedade. Isto lhe dava uma superioridade técnica, tornando a industrialização da agricultura uma consequência lógica. Sobre o fenômeno da industrialização da área camponesa, preconizava que as terras, como meios de produção, seriam dissociadas dos trabalhadores do campo, tornando-se meio de produção capitalista, enquanto que, os trabalhadores do campo teriam sua força de trabalho alocada no setor produtivo sob a forma assalariada.

Segundo Kautsky (1972), a nova modelagem do meio rural, onde o processo de exploração mecanizada substituiria o campesinato, era um caminho sem volta. A natureza do desenvolvimento do sistema capitalista implicava no fenômeno do êxodo rural, já que a zona urbana expandia-se devido ao processo de industrialização. Era possível ao trabalhador inserir-se em atividades recebendo remunerações superiores e tendo uma condição de vida melhor, se comparada à vida do campo. A migração da força de trabalho camponesa para a cidade agravava mais ainda a continuidade da produção campesina. Como consequência dessas mudanças, o camponês deixará de ser o proprietário pleno de sua mão de obra, e passa a ser ferramenta do capital industrial, se tornando mão de obra assalariada nos grandes centros industrializados, estando eles no meio urbano ou rural. Sendo assim, tornam-se mais um meio de produção absorvido pelo novo sistema (KAUTSKY, 1972).

Lênin (1985), através de seus estudos sobre o mundo campestre na Rússia, apontava que o processo de desenvolvimento capitalista também levava o mundo da produção camponesa ao desaparecimento. Para ele, o camponês, dono de sua força de trabalho e ligado diretamente à terra, como seu meio de subsistência, tinha sua ligação rompida, transformando-se em operário, enquanto que os grandes proprietários tenderiam a tornar-se empresários rurais. Com isso, as relações do camponês com a terra são modificadas, deixando a terra de ser o principal meio de subsistência do pequeno produtor, e a sua submissão ao capital tornando-se necessária para a sua sobrevivência.

Em “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, obra publicada em 1899, Lênin (1985) demonstrou que as relações de produção existentes estavam a convergir para o capitalismo, e que isso levaria a um processo de deterioração do mundo campestre. Ele também relaciona a deterioração do campesinato ao empobrecimento do mundo camponês, agravado pela penetração da estrutura capitalista na organização do campo, como a prática de ocupações temporárias, de incorporação tecnológica e de uso de implementos agrícolas para aumento de produtividade, do trabalho assalariado e da comercialização de terras. Esse processo de penetração do sistema capitalista no mundo camponês levou à geração de antagonismo das classes sociais rurais. De um lado, tem-se o processo de desagregação do campesinato com a transformação do camponês em trabalhador assalariado, e, de outro lado, a constituição da burguesia rural. Ao tempo que o pequeno produtor era dissociado dos seus meios de subsistência, e submetido à exploração de sua força de trabalho, toma forma a burguesia rural formada por grandes proprietários que assimilaram bem o processo capitalista no campo. Assim, o antigo mundo camponês deixa de existir para dar lugar a um novo mundo rural, construído sob os moldes do sistema capitalista de produção (LÊNIN, 1985).

Já a abordagem multilinear encontra suporte em algumas passagens do *Capital*, quando Marx afirma, por exemplo, que:

Quando se destrói uma forma de indústria doméstica num ramo específico, em determinados lugares, a manufatura provoca seu renascimento em outros, pois precisa dela dentro de certos limites, para a preparação de matérias-primas (MARX, 1975, p. 866)

Essa perspectiva é reforçada na resposta de Marx à carta de Vera Zasulich a respeito do futuro da comuna camponesa russa. Com efeito, ele afirma que a análise feita no *Capital* a respeito do campesinato aplica-se apenas às economias capitalistas da Europa Ocidental. Nas áreas periféricas do capitalismo a perspectiva da extinção do campesinato não ocorre

necessariamente. No caso da Rússia, é possível entender que seja possível a passagem da economia camponesa para uma economia socialista sem sua prévia extinção (MARX, 2017).

A contribuição de Chayanov inscreve-se nessa perspectiva. Ele tem um entendimento divergente dos autores citados anteriormente. Chayanov (1981) é defensor de uma corrente do pensamento marxista que divergia da corrente ortodoxa, e que ficou conhecida como visão multilinear do desenvolvimento do capitalismo no campo. Ao estudar o universo camponês russo, verificou que o mundo campesino apresenta uma dinâmica econômica reprodutiva divergente do sistema capitalista. Dentro dessa dinâmica, a existência da atividade não tinha como fim o lucro. É um sistema onde o foco da produção é a subsistência da família, onde o trabalho empregado é organizado com base na cooperação dos integrantes da unidade familiar.

Na pequena unidade campesina, há uma relação direta entre o grau de autoexploração do trabalhador e sua necessidade de subsistir. Ou seja, se o camponês conseguisse produzir mais unidades de um bem do qual necessita com menos unidades de trabalho, ele reduziria seu nível de autoexploração, enquanto que na lógica capitalista, dado o aumento da produtividade, o trabalho empregado manter-se-ia constante, tendo como objetivo suprir as demandas do mercado (CHAYANOV, 1924).

Seguindo esta última linha de pensamento, Wanderley (1998) apresenta uma perspectiva moderna da agricultura familiar. A autora defende que, apesar da modernização ter proporcionado uma maior integração aos processos de mercantilização, especialização das atividades e aumento da produtividade – o que iria de encontro à ideia de submissão do campesinato ao avanço do capitalismo –, estas mudanças não gerariam explicações suficientes para compreender o produtor familiar moderno. Afirma que, mesmo a produção estando integrada globalmente ao mercado, suas características principais são mantidas. A primeira seria de que a força de trabalho fundamental seria da própria família proprietária do estabelecimento, e a segunda é que esse processo de desenvolvimento não extinguiria a parcela de autonomia produtiva da família proprietária do estabelecimento (WANDERLEY, 1980).

Este tipo de agricultura, no Brasil, teve sua definição estabelecida pelo art. 3º da lei nº 11.326, sancionada em 24 de julho de 2006, pelo então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva. Ela tem como características: a) possuir área inferior ou igual a quatro módulos fiscais; b) usar mão-de-obra familiar nas atividades econômicas; c) ter percentual mínimo de renda familiar originada nas atividades econômicas do estabelecimento. Portanto, o pequeno estabelecimento familiar apresenta-se como uma unidade produtiva onde os detentores dos

meios de produção são os próprios integrantes da família, não havendo dissociação entre quem produz e os meios necessários à realização da atividade.

3 – METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza descritiva. O trabalho tem como área de abrangência a mesorregião do Agreste Paraibano. Esta é uma das quatro mesorregiões que compõem o Estado da Paraíba, possuindo oito microrregiões, as quais são compostas por 66 municípios. Sua área é de 12.914,069 km², correspondendo a 28,9% do território estadual. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, havia 1.213.279 residentes, equivalendo a 32,2% da população estadual. Desse total, 29,8% residiam na zona rural.

O Agreste Paraibano foi escolhido pelo que representa para o Estado da Paraíba, desde o período colonial, quanto a produção de alimentos. No período colonial, parte de contingente populacional que residia no litoral do Estado se deslocou para essa mesorregião, em função do uso das terras litorâneas para o plantio extensivo de cana-de-açúcar. No Agreste começaram a ser desenvolvidas as atividades de produção alimentícia de subsistência dentro dos sítios, mas que também produziam um excedente para abastecimento da região litorânea. Além disso, por conta de suas características climáticas e produtivas mais convidativas, também foi representativa no acolhimento de parte da população sertaneja que fugia da seca.

Com o objetivo de tipificar a produção familiar no Agreste Paraibano e verificar permanência desse tipo de produção ainda hoje foram seguidos os métodos apresentados abaixo.

Para fins de comparação, foram utilizados dados do Brasil, da Região Nordeste, do Estado da Paraíba e da mesorregião do Agreste Paraibano. Partiu-se de uma observação de conjunto, tendo como principal base de dados o Censo Agropecuário de 2006. Os procedimentos metodológicos que foram adotados para o desenvolvimento do estudo seguiram duas linhas de investigação.

A primeira visou o levantamento e a leitura de material bibliográfico relacionado à temática da pesquisa, incluindo dissertações, monografias de conclusão de curso, sítios digitais e livros que abordam a questão da dinâmica socioeconômica da agricultura familiar agrestina, bem como a discussão teórica sobre o tema.

A segunda etapa da investigação se refere à coleta e ao tratamento de informações secundárias obtidas junto ao Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesta etapa, foram extraídas informações sobre a agricultura familiar e o total do setor agropecuário, fazendo uma comparação entre esses dois níveis a partir das variáveis que representam a organização da produção:

- a) Estrutura fundiária: número de estabelecimentos e suas áreas (ha), forma de obtenção das terras;
- b) Características do produtor diretor do estabelecimento: condição do produtor em relação às terras, sexo, idade e nível de instrução;
- c) Base técnica da produção e financiamento: orientação técnica, tipo de máquina e implemento agrícola, uso de agrotóxico, uso de irrigação, financiamento e investimento (origem e finalidade);
- d) Utilização das terras e produção agropecuária: utilização das terras, produção e valores na agropecuária (lavoura temporária, lavoura permanente e pecuária);
- e) Emprego e renda: principais características do pessoal empregado nos estabelecimentos (sexo, idade, nível de instrução, residência), formas de mão de obra, origem e nível de renda dos estabelecimentos.

Para a compreensão de como se caracterizava a estrutura fundiária no ano de 2006, além do número de estabelecimentos existentes e da área destes, foi calculado o índice de Gini para dimensionar o nível de concentração fundiária na área em estudo. Quanto mais próximo do número 1 estiver o índice, maior é o nível de concentração de terras.

Sobre a forma de obtenção das terras, também foram apresentados os números sobre assentamentos existentes na região, sendo estes coletados junto ao painel de assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), além de uma breve explanação sobre o papel da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) neste processo.

Sobre as características do produtor diretor do estabelecimento foram apresentadas as informações principais, sendo o ponto sobre o nível de instrução relacionado a políticas públicas direcionadas para a educação no campo. Como também a apresentação de dados sobre o número de escolas rurais com a modalidade de educação de jovens e adultos (EJA) em 2017, coletados junto Censo Escolar de 2017, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A apresentação destes dados teve como intuito o registro do atual número de escolas rurais com EJA, para poder subsidiar trabalhos que visem relacionar estes dados com o nível de instrução recente que poderá ser apresentado na publicação do próximo Censo Agropecuário.

Referente ao financiamento e investimento, foram coletados dados sobre o número de estabelecimentos que receberam financiamento no ano, o valor total dos financiamentos, e foi calculado o valor médio recebido por estabelecimento. Além disso, foi apresentado o número de contratos originários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

(PRONAF), assim como suas finalidades e seus respectivos valores no período do ano de 2006 a 2012. Estes foram coletados junto ao Anuário Estatístico do Crédito Rural publicado pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Sobre a produção vegetal, foram apresentados os itens de maior representatividade, em termos de quantidade produzida, para o total de estabelecimentos agropecuários e os estabelecimentos com agricultura familiar do Estado da Paraíba. Os itens foram apresentados em ordem decrescente de quantidade produzida. Já para a mesorregião foi calculada e apresentada a participação percentual do total dos estabelecimentos agrícolas e da agricultura familiar sobre as respectivas produções totais da Paraíba.

Na produção pecuária, foram apresentadas as quantidades totais de animais dos principais efetivos, sendo os números da agricultura familiar apresentados em forma percentual em relação à produção total das regiões em estudo.

No tópico sobre trabalho e renda, foram coletados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), dados sobre a quantidade total de pessoas empregadas formalmente na mesorregião do Agreste Paraibano em 31 de dezembro de 2006. Assim, se pôde comparar a quantidade de pessoas do setor formal para toda a mesorregião com a ocupada nos estabelecimentos familiares. Além disso, foram apresentadas as formas de mão de obra e os grupos de renda recebidos pelos estabelecimentos no ano.

Os dados coletados e tratados foram apresentados sob a forma de tabela. Os valores percentuais das variáveis foram calculados com referência ao valor total registrado em cada localidade. Os valores monetários foram atualizados para fevereiro de 2018 de acordo com o IGP-DI.

4 – ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Nesta seção será apresentada a organização da produção familiar na mesorregião do Agreste Paraibano com base nos dados no Censo Agropecuário de 2006. Destacar-se-ão aqui as informações referentes à: a) estrutura fundiária; b) características do diretor do estabelecimento; c) base técnica da produção e investimento; d) utilização das terras e produção agropecuária, como seus valores correspondentes; e e) trabalho e renda.

4.1 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Historicamente, o Brasil foi marcado por um processo de concentração fundiária que tem origem no período colonial, inicialmente no litoral do Nordeste.

Ainda hoje, a concentração fundiária é uma característica marcante, o que pode ser constatado através do índice de Gini para as regiões aqui analisadas. O índice de Gini calculado para a região Nordeste foi da ordem de 0,84, sendo um nível elevado também registrado para o Estado da Paraíba (0,79), e para a mesorregião do Agreste Paraibano (0,77).

De acordo com o último Censo Agropecuário, para a mesorregião do Agreste Paraibano, 90% dos estabelecimentos agropecuários eram caracterizados como de produção familiar. Apesar de representarem quase a totalidade dos estabelecimentos da mesorregião, estes ocupavam 40,6% da área total, ou seja, mais da metade das terras estavam sob a posse de estabelecimentos patronais, os quais representavam 10% do total de estabelecimentos. Estrutura semelhante verificada para o estado da Paraíba e para a região Nordeste (ver Tabela 1).

Tabela 1 – Brasil, Nordeste, Paraíba e Agreste Paraibano: Números de estabelecimentos e áreas dos estabelecimentos agropecuários no ano de 2006.

Unidade regional	Tipo de agricultura	Estabelecimentos			
		número	%	área (ha)	%
BR	Total	5.175.636	100	333.680.037	100
	A.F	4.366.267	84,4	80.102.694	24
NE	Total	2.454.060	100	76.074.411	100
	A.F	2.187.131	89,1	28.315.052	37,2
PB	Total	167.286	100	3.787.404	100
	A.F	148.069	88,5	1.596.656	42,2
AG	Total	70.517	100	910.524	100
	A.F	63.495	90	369.647	40,6

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 2006.

Frente a esse processo histórico de concentração fundiária, o Estado brasileiro, pressionado pelas demandas oriundas da sociedade organizada do campo, tenta atenuar os efeitos negativos desse processo de monopólio através da política de reforma agrária, instituída em 1964.

Atualmente¹, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), seguindo as diretrizes do II Programa Nacional de Reforma Agrária (2003), é responsável por questões relacionadas ao tema, tais como: a) democratização da terra; b) produção de alimentos básicos; c) geração de ocupação e renda; d) ações contra a fome e a miséria; e) interiorização de serviços públicos básicos; f) redução do êxodo rural; g) promoção da cidadania e da justiça social; h) diversificação do comércio e serviços no meio rural, e i) democratização das estruturas de poder (INCRA, 2017).

Referente à reforma agrária no Estado da Paraíba e na mesorregião do Agreste Paraibano, de acordo com o painel de assentamento do INCRA, se constatou que até 31/12/2017, na Paraíba existiam 314 assentamentos que ocupavam uma área de 294.672,09 hectares, correspondendo a 18,5% do total da área familiar do estado em 2006, sendo ocupados por 14.645 famílias. Já a mesorregião agrestina possui 119 assentamentos, estando a maior parte deles situada nas microrregiões do Brejo (43), Curimataú Oriental (23), Curimataú Oriental (22) e Guarabira (10). Ocupando uma área total de 100.252,56 hectares, correspondendo a 27,1% da área total familiar em 2006.

A esse processo de reforma agrária no estado, cabe destacar a atuação histórica da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Esta, aliada a grupos sindicalistas do campo e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), vem atuando de maneira político-pedagógica na luta pela democratização da terra (VASCONCELLOS, 2016). Como também enfatizam Moreira e Targino (1997):

A postura da CPT na Paraíba tem-se pautado na defesa intransigente dos pobres da terra. Seu trabalho não se resume ao simples “apoio à luta”. Ele é bem mais amplo e embute: a prestação do serviço de assessoria jurídica; a denúncia de violência; o acompanhamento quase diário dos trabalhadores em conflito; a divulgação dos fatos em nível local, nacional, internacional; organização de romarias da terra; o trabalho de formação da consciência política dos trabalhadores e uma assistência infra-estrutural (alimentação, transporte, colchões, lonas) por ocasião dos acampamentos, além da assistência médica e cobertura financeira quando se faz necessário (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 306).

¹ A partir do golpe de 2016, o papel do Incra tem sido progressivamente esvaziado, enquanto órgão executor da política agrária no governo federal.

De acordo com Ferreira (2016), a estrutura fundiária ainda é intensamente desigual, mas isso tende a ser atenuado nas regiões com a presença de grupos atuantes de ação socioterritorial, como ocorre na mesorregião do Agreste.

Em relação às formas pelas quais as terras com atividade familiar foram obtidas mostram-se semelhantes ao que ocorre no nível estadual e nacional. Dos estabelecimentos familiares agrestinos, 45,4% deles foram obtidos através da compra de particular, em segundo lugar ficou a obtenção por titulação via reforma agrária, representando 8,7% dos pequenos estabelecimentos do Agreste (ver Tabela 2).

Tabela 2 - Brasil, Nordeste, Paraíba e Agreste Paraibano: Forma de obtenção das terras no ano de 2006.

Unidade regional	Tipo de agricultura	Forma de obtenção das terras				
		Estabelecimentos	%			
			Cp	Ccf	Tra	Of
BR	Total	4.135.878	58,5	1,1	7,0	42,9
	A.F.	3.432.947	55,9	1,2	7,8	44,4
NE	Total	1.769.362	52,8	1,0	7,2	47
	A.F.	1.556.168	51,2	1,0	7,5	48,3
PB	Total	121.351	48,8	1,3	8,1	51,8
	A.F.	106.603	47,1	1,3	8,6	52,8
AG	Total	49.196	46,6	1,7	8,7	49,9
	A.F.	43.932	45,4	1,6	8,7	51

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 2006.

Nota: Cp = Compra particular; Ccf = Compra via crédito fundiário; Tra = Titulação via reforma agrária;

Of = Outras formas (herança, doação particular, uso capião, outra forma, não sabe).

4.2 - CARACTERÍSTICAS DO PRODUTOR

A análise da característica do produtor é fundamental para a montagem do perfil do agricultor familiar, tendo em vista que possibilita uma melhor compreensão do estado em que ele vive, verificando-se a participação por gênero e nível de instrução dos produtores, abrindo caminho para o planejamento e execução de políticas públicas que possam melhorar a situação socioeconômica deste.

4.2.1 - Condição do produtor em relação às terras

Sobre a condição do produtor em relação às terras, verificou-se que, em mais da metade dos estabelecimentos, a pessoa que dirigia o estabelecimento familiar era proprietário

da terra. No Agreste Paraibano, 65,2% dos pequenos estabelecimentos tinham como proprietário o próprio produtor, característica semelhante à verificada no Estado, na região e no país. Em segundo lugar, ficaram os produtores na condição de ocupantes, representando para o agreste paraibano, 19,7% dos estabelecimentos familiares. No restante dos estabelecimentos estavam os produtores na condição de assentados sem titulação definitiva, arrendatário, parceiro e o produtor sem área (ver Tabela 3).

Tabela 3 – Brasil, Nordeste, Paraíba e Agreste Paraibano: Estabelecimentos por condição do produtor em relação a terra no ano e 2006.

Unidade regional	Tipo de agricultura	Condição do produtor						
		Estab.	%					
			Prop	Assent	Arrend	Parc	Ocup	Psa
BR	Total	5.175.636	76,2	3,7	4,4	2,8	8,0	4,9
	A.F.	4.366.267	74,7	3,9	4,5	2,9	8,4	5,5
NE	Total	2.454.060	68,6	3,5	5,0	3,8	11,8	7,4
	A.F.	2.187.131	67,6	3,6	5,2	3,8	12	7,9
PB	Total	167.286	68,3	4,3	3,6	3,6	15,9	4,3
	A.F.	148.069	67,6	4,4	3,7	3,6	16,2	4,5
AG	Total	70.517	65,9	3,9	3,4	2,4	19,3	5,1
	A.F.	63.495	65,2	4,0	3,5	2,4	19,7	5,2

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 2006.

Nota: Prop = Proprietário; Assent = Assentado sem titulação definitiva; Arrend = Arrendatário; Parc = Parceiro; Ocup = Ocupante; Psa = Produtor sem área.

4.2.2 - Sexo do produtor

O censo mostrou algo que já era esperado sobre a estrutura de direção dos estabelecimentos agropecuários familiares. A direção dos estabelecimentos familiares era majoritariamente masculina.

O homem assume uma função patriarcal histórica dentro da estrutura familiar, consequentemente, assumindo o controle da propriedade na maioria dos estabelecimentos de produção camponesa. Brumer (2004) apresenta dois aspectos que podem justificar essa hierarquia:

O primeiro é que a unidade familiar de produção caracteriza-se por reunir os esforços de todos os membros da família, com vistas ao benefício de todos, havendo uma necessária aproximação entre unidade de produção e unidade de consumo. O segundo é que vivemos em uma sociedade paternalista, e de certo modo machista, em que se atribui ao homem o papel de responsável pelo provimento da família. Ocorre que as atividades geralmente desenvolvidas pelas mulheres na esfera

produtiva dos estabelecimentos agropecuários requerem algumas qualidades que supostamente as mulheres (adultas e jovens) possuem (por natureza ou por aquisição, através do processo de socialização) ou que sua situação de trabalhadoras eventuais propicia (devido à manutenção de suas obrigações na esfera da reprodução) (BRUMER, 2004, p. 212).

Algumas destas aptidões femininas seriam a realização de tarefas repetitivas, dedos pequenos e capacidade para trabalhar agachada, e aceitação de remunerações relativamente inferiores a dos homens (BRUMER, 2004). No último censo agropecuário, na mesorregião do Agreste Paraibano foi verificado que 80,1 % dos estabelecimentos possuíam como seu diretor o produtor do sexo masculino, consequentemente o restante deles (19,9%) ficando sob a direção da mulher (ver Tabela 4).

Tabela 4 - Brasil, Nordeste, Paraíba e Agreste Paraibano: Estabelecimentos agropecuários por sexo do produtor que dirige o estabelecimento no ano de 2006.

Unidade regional	Tipo de agricultura	Sexo do produtor		
		Estab. Total	%	
			Masculino	Feminino
NE	Total	2.454.060	84	16
	A.F.	2.187.131	83,1	16,9
PB	Total	167.286	84,1	15,9
	A.F.	148.069	83,1	16,9
AG	Total	70.517	81,1	18,9
	A.F.	63.495	80,1	19,9

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2006.

As funções históricas da mulher dentro do campo estão relacionadas com: realização da colheita, manutenção do lar e da educação dos filhos da família, apresentando menos representatividade quanto ao controle do estabelecimento. Não diferente do esperado, os dados evidenciaram a falta de representatividade não só para a mesorregião aqui em estudo como para os demais níveis territoriais aqui adotados para fins de comparação.

4.2.3 - Idade do produtor

Como visto no tópico sobre sexo do produtor diretor, majoritariamente de presença masculina, a figura patriarcal é predominante no controle do estabelecimento, ficando responsável por ele enquanto possuir capacidade psicomotora para isto.

De acordo com o Censo Agropecuário, em mais de 60% dos estabelecimentos familiares, não só do Agreste Paraibano como também no Estado, região e país, os diretores

das propriedades ocupavam a função há mais de 10 anos. Tratando-se, assim, de uma ocupação que, como já citado, pode possuir longa duração.

Na segmentação realizada por classe de idade do produtor na direção do estabelecimento, foi constatado que, não só para a mesorregião do Agreste Paraibano como para os outros níveis regionais verificados, havia uma predominância de diretores com meia-idade, a partir dos 35 anos. Os produtores com 45 anos ou mais, correspondem a 63,5% dos estabelecimentos familiares (ver Tabela 5).

Tabela 5 – Brasil, Nordeste, Paraíba e Agreste Paraibano: Estabelecimentos por classe de idade do produtor no ano de 2006.

Unidade regional	Tipo de agricultura	Classe de idade da pessoa que dirige o estabelecimento						
		Estab.	%					
		Total	< 25	25 - 35	35 - 45	45 - 55	55 - 65	65 -
NE	Total	2.454.060	4,2	15,4	21,3	21,0	19,7	18,5
	A.F.	2.187.131	4,1	15,1	20,9	20,7	20,0	19,2
PB	Total	167.286	3,3	13,6	20,1	20,4	20,6	21,9
	A.F.	148.069	3,3	13,3	19,6	20,1	20,9	22,8
AG	Total	70.517	3,5	13,7	20,1	20,1	20,5	22,1
	A.F.	63.495	3,5	13,3	19,7	19,8	20,7	23,0

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2006.

Nota: < = menor que; |- = de a menos que.

Algumas possibilidades podem ser consideradas em relação a esta questão, sendo uma delas o controle da propriedade pelo patriarca da unidade camponesa, exercendo dentro dela sua principal atividade produtiva. Outra possível explicação seria o êxodo rural de jovens em busca de outras oportunidades, sejam elas relacionadas à educação e/ou trabalho. Considerado este segundo ponto, se poderia entender o primeiro, pela maior ligação àquele meio que o produtor mais velho possui.

4.2.4 - Nível de instrução do produtor

Demasiada pode ser a importância do nível de instrução do produtor que dirige o estabelecimento. Através disso, pode-se tentar estabelecer uma relação entre seu nível de educação formal e a utilização de tecnologias que possam contribuir com seu modo de produção.

Duas características já mencionadas neste trabalho são de que, a maioria das unidades produtivas é dirigida por produtores de meia-idade acima, e que a direção do estabelecimento

familiar é uma atividade que é ocupada por mais de dez anos. Logo, é necessário saber quão capacitados são formalmente estes produtores mais velhos que dirigem a maioria das unidades e buscar entender as possíveis causas e efeitos disto.

Os dados censitários mostram que, tanto para o Agreste Paraibano quanto para o Estado e Nordeste, quase a metade (48,2%) dos dirigentes das unidades não sabiam ler e escrever. Dos estabelecimentos em que dirigente declarou possuir algum nível de instrução, em 37,7% das unidades familiares do Agreste possuía somente até o primeiro grau. Em síntese, em 96,7% dos estabelecimentos apresentam baixo nível de instrução formal, se somado os que sabem ler ou escrever (ver Tabela 6).

Tabela 6 - Brasil, Nordeste, Paraíba e Agreste Paraibano: Nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento no ano de 2006.

Unidades regionais	Tipo de agricultura	Nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento					
		Estab.	%				
		Total	Até 1º grau	2º grau	3º grau	NMSLE	NSLE
NE	Total	2.454.060	40,9	4,5	1,0	12,5	41
	A.F.	2.187.131	40,4	3,8	0,5	12,7	42,5
PB	Total	167.286	38,3	3,8	1,4	11,6	44,8
	A.F.	148.069	38,1	3,1	0,8	11,8	46,3
AG	Total	70.517	38	3,2	1,3	10,6	46,8
	A.F.	63.495	37,7	2,6	0,7	10,8	48,2

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2006.

Nota: NMSLE = nenhum, mas sabe ler ou escrever; NSLE = não sabe ler e escrever.

Mesmo com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), existente desde 1998, que tem como proposta levar a educação de jovens e adultos (EJA) residentes no campo, principalmente os assentados nas áreas de reforma agrária, essa geração de dirigentes produtores parece não ter sido efetivamente contemplada.

Castro (2012) chama a atenção para o fato de que o baixo nível de instrução, que é registrado em nível regional dentro dessa modalidade de produção, poderia explicar o também reduzido nível de produtividade que se registra nesse tipo de estabelecimento.

Através de ações como o decreto nº 7.532, de 4 de novembro de 2010, com a definição do que se entenderia como população, escola e educação no campo, buscou-se evidenciar mais a questão das políticas públicas voltadas para a educação nas unidades camponesas. Isto inclui a criação e manutenção de unidades educacionais no campo, como também a formação de educadores capacitados para atuarem neste meio.

De acordo com o Censo Escolar de 2017, realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o estado da Paraíba possuía 251 escolas

rurais (municipais e estaduais), com a prática da EJA, na modalidade de ensino fundamental e/ou médio. No Agreste Paraibano encontram-se 101 delas, se destacando, em quantidade, os municípios de Lagoa de Dentro (29), Natuba (17), Queimadas (12) e Belém (8). Logo, transformações quanto à educação poderão ser verificadas para a mesorregião aqui estudada na publicação do próximo Censo Agropecuário.

Os produtores dirigentes puderam ser caracterizados, em sua maioria, como proprietários dos estabelecimentos, sendo a maior parte deles do sexo masculino, com idade acima dos 35 anos e com baixo nível de instrução.

4.3 - BASE TÉCNICA DA PRODUÇÃO E FINANCIAMENTO

Com a institucionalização da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), através da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, puderam-se criar instrumentos que possibilitassem a padronização da ação do Governo Federal dentro do segmento de produção familiar. A extensão atua na promoção de políticas públicas, sendo algumas delas relacionadas ao fomento de tecnologia no processo produtivo, e ao acesso ao crédito, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (SILVA, 2015).

Neste item, será apresentada a base técnica e a forma como se está estruturando o financiamento da pequena produção. Serão apontadas questões relacionadas com orientação técnica, tipos de máquinas e implementos utilizados, recursos hídricos, uso de agrotóxicos e suas consequências socioambientais, adubação e recursos financeiros envolvidos.

4.3.1 - Orientação técnica

A importância da orientação técnica na agropecuária dá-se pela sua função de acompanhamento no desenvolvimento das práticas produtivas do estabelecimento. Baseada em normas técnicas relacionadas à atividade, tem a finalidade de contribuir para a melhoria do que o estabelecimento se propõe a produzir.

No Agreste Paraibano é verificado que a maior parte dos estabelecimentos agropecuários (93,1%) não recebeu orientação técnica. Observando os estabelecimentos com agricultura familiar, 94,3% não haviam recebido, evidenciando a carência de orientação técnica. Ínfima foi a quantidade de pequenos estabelecimentos agrestinos que receberam

alguma orientação regular (1,3%), sendo essas características compartilhadas pelas demais unidades agropecuárias do estado (ver Tabela 7).

Tabela 7 – Paraíba e Agreste Paraibano: Recebimento de orientação técnica no ano de 2006.

Unidade regional	Tipo de agricultura	Orientação técnica			
		Estab.	%		
		Total	Ocasionalmente	Regularmente	Não recebeu
PB	Total	167.286	6,8	2,4	90,8
	A.F.	148.069	6,2	1,8	92
AG	Total	70.517	4,9	2,0	93,1
	A.F.	63.495	4,4	1,3	94,3

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2006.

4.3.2 - Tipo de máquina e implemento agrícola

Na verificação dos estabelecimentos familiares por tipo de máquinas e implemento agrícola, foi constatado que 8,5% dos pequenos estabelecimentos agrestinos possuíam algum desses itens. Os itens presentes em menos da metade dos estabelecimentos foram os acessórios de uso de trator ou por tração animal, como arados, enxadas rotativas, roçadeiras e ceifadeiras (ver Tabela 8).

Tabela 8 - Paraíba e Agreste Paraibano: Estabelecimentos agropecuários por tipo de máquina e implemento agrícola no ano de 2006.

Unidade regional	Tipo de agricultura	Tipo de máquina e implemento agrícola					
		Número		%			
		Total	Possui	Arados	Grades e/ou enxadas rotativas	Roçadeiras	Ceifadeiras
PB	Total	167.286	26.020	44,97	30,57	34,17	20,93
	A.F.	148.069	20.931	44,33	29,36	35,34	17,91
AG	Total	70.517	6.926	37,37	45,26	31,29	27,06
	A.F.	63.495	5.419	36,35	44,05	30,39	23,90

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2006.

Menos de 1% dos pequenos estabelecimentos possuía algum trator, o que pode ser explicado pelo tamanho da propriedade, sendo pequena demais para a necessidade desta máquina. O tipo de atividade praticada em cada propriedade também poderia indicar a necessidade ou não. Outra explicação seria o custo para a aquisição desde bem de pequeno/médio porte que, mesmo usado, com mais de 20 anos, chega a custar cerca de R\$

25.000, em média, de acordo com um popular site de venda com anúncios da Paraíba. Além do dispêndio com a aquisição, o pequeno produtor ainda teria que arcar com os custos de manutenção de uma máquina com mais de duas décadas de uso.

Uma solução para o problema dos custos de se obter um trator ou, simplesmente, pela não necessidade dele pelo tipo de atividade produtiva, pode ser o uso de tração animal, presente em 25,2% dos pequenos estabelecimentos agrestinos. Esta alternativa é considerada mais barata e eficiente para pequenas propriedades, já que, além de meio de transporte, o animal pode puxar implementos agrícolas, máquinas estacionárias e carregar os produtos. Além de tudo, o animal, seja ele um boi, jumento ou cavalo, é capaz de caminhar sobre terrenos irregulares que possivelmente uma máquina pesada teria dificuldades (EMBRAPA, 1993).

4.3.3 - Uso de agrotóxico

A verificação da utilização de agrotóxicos no campo, principalmente na produção familiar, se faz necessária para que seja possível compreender a magnitude do problema de desvio do objetivo de garantir a segurança alimentar, que é uma das premissas para o fomento da pequena produção. Como o Agreste Paraibano é região de policultura alimentar, a observação para essa mesorregião se mostra indispensável, dado o risco apresentado à saúde humana, tanto do produtor quanto do consumidor dos alimentos.

De acordo com Valadares et al. (2012), o uso de agrotóxico é algo já enraizado no meio rural brasileiro, evidenciando o Brasil como grande consumidor, concentrando 84% do total de agrotóxicos comercializado na América Latina. Ainda segundo este autor, o uso intenso de agrotóxicos destaca o país com uma tendência de intensificação do controle monopolístico da terra, já que, como visto aqui sobre a estrutura fundiária, as grandes extensões de terras são de controle patronal.

No Agreste Paraibano, de acordo com o Censo Agropecuário, 24,7% dos estabelecimentos com agricultura familiar declararam fazer utilização de agrotóxico. Uma proporção superior ao identificado para o Nordeste, porém, inferior ao verificado para o total do estado. Lembrando que 90% dos estabelecimentos agropecuários são familiares e possuem, individualmente, reduzida extensão de terra para uso de agrotóxicos, se comparados às grandes propriedades (veja a Tabela 9).

Tabela 9 - Paraíba e Agreste Paraibano: Estabelecimentos agropecuários que fizeram uso agrotóxico no ano de 2006.

Unidade regional	Tipo de agricultura	Uso de agrotóxicos			
		Estab.	%		
		Total	Utilizou	Não em 2006	Não utilizou
PB	Total	167.286	30,4	3,2	66,4
	A.F.	148.069	30,0	3,2	66,8
AG	Total	70.517	24,7	2,7	72,6
	A.F.	63.495	24,9	2,8	72,3

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2006.

Nem todos os pequenos estabelecimentos do agreste que declararam usar agrotóxicos utilizavam, para a aplicação do produto, algum equipamento. O que se verificou foi que, na mesorregião, 76,6% não utilizava algum tipo de equipamento. Mas, da minoria que fez uso, o equipamento mais comumente utilizado foi o pulverizador costal, um equipamento de bombeamento manual utilizado individualmente e que se mostra mais conveniente para a rotina produtiva familiar (ver Tabela 10).

Tabela 10 - Paraíba e Agreste Paraibano: Tipo de equipamento utilizado na aplicação do agrotóxico no ano de 2006.

Unidade regional	Tipo de agricultura	Equipamento utilizado na aplicação do agrotóxico				
		Estab.	%			
		Total	Utiliza	Pulverizador costal	Outro modo	Não utiliza
PB	Total	167.286	29,1	23,8	5,6	70,9
	A.F.	148.069	28,7	23,4	5,6	71,3
AG	Total	70.517	23,3	19,7	3,7	76,7
	A.F.	63.495	23,4	19,9	3,6	76,6

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2006.

Em termos de proteção do produtor, verificou-se que em 10% dos estabelecimentos familiares se fazia uso de algum equipamento de proteção, restringindo-se esses ao uso de equipamentos básicos de proteção, como chapéu, máscara, luvas e botas. Esse baixo percentual evidencia que os produtores estão expostos a produtos tóxicos que podem ser absorvidos pela pele e causar danos à sua saúde.

Mesmo registrando um pequeno número de estabelecimentos onde se constata o uso de equipamento de proteção, verificou-se uma participação de 0,4% de estabelecimentos onde se constatou pessoas intoxicadas. Porém, de acordo com Faria et al. (2007), seria um equívoco subestimar a extensão da intoxicação por agrotóxico, dado que o próprio Sistema Nacional de

Informações Tóxico Farmacológica (Sinitox) registra 78% das mortes relacionadas ao uso e exposição a pesticidas como suicídio. Logo, o número registrado no Censo Agropecuário de pessoas intoxicadas pode não abranger a real extensão dessa ameaça à saúde no campo, já que os efeitos da intoxicação podem ser descobertos no decorrer dos anos, como no caso do surgimento de câncer ou o próprio suicídio, que pode não ser relacionado inicialmente à exposição aos pesticidas, mas tem nestes um gatilho, já que também podem atacar o sistema neurológico.

Valadares et al. (2012) chamam atenção para o equivoco de atribuir a possibilidade de intoxicação somente à ausência ou esporádica presença de orientação técnica no campo, já que a contaminação pode se dar de outras formas, além do contato direto por meio do manuseio do produto agrotóxico. Um perigo em potencial que ultrapassa o limite geográfico da produção através da contaminação do solo e de fontes de água e alimentos (SOARES, 2010).

Como constatado anteriormente, menos de 30% dos estabelecimentos familiares do Agreste Paraibano faziam uso de agrotóxico, garantindo o restante deles uma produção com menos risco à saúde humana. Em menos de 1% de pequenos estabelecimentos registraram-se pessoas intoxicadas. Apesar da possibilidade de subestimação das informações sobre intoxicações, ainda sim é um percentual baixo.

4.3.4 - Uso de irrigação

Do total de estabelecimentos familiares no Agreste, 2% deles utilizavam algum método de irrigação. O método mais presente foi o de aspersão (39,4%), sendo os outros métodos igualmente de tecnologia simplificada (ver Tabela 11).

Diferente do Rio Grande do Norte e de Pernambuco, a Paraíba não é conhecida por possuir uma agricultura modernizada, justificando a inexistência de pólos irrigados como os existentes nesses estados vizinhos (AQUINO et al., 2014).

Tabela 11 - Paraíba e Agreste Paraibano: Estabelecimentos agropecuários com uso de irrigação no ano de 2006.

Unidade regional	Tipo de agricultura	Método utilizado para irrigação					
		Estab.	%				
		Total	Inundação	Sulcos	Aspersão	Localizado	Outros
PB	Total	11.419	13,2	7,7	54,5	8,7	20,7
	A.F.	8.523	13,7	8,2	52,2	7,8	22,5
AG	Total	1.833	4,2	7,0	42,7	10,2	38,4
	A.F.	1.293	4,0	7,3	39,4	8,1	43

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2006.

As fontes de água utilizadas para irrigação, em sua maioria (79,6%), eram do próprio estabelecimento familiar, havendo o registro de poucos estabelecimentos cuja fonte é obtida de terceiros, projetos particulares ou comunitários de irrigação. Vale destacar que a mesorregião do Agreste Paraibano se encontra dentro do polígono das secas, região de baixa precipitação pluviométrica. Logo, há uma restrição maior quanto à disponibilidade de recursos hídricos.

4.3.5 – Financiamento e investimento

De acordo com o Censo, 7.915 pequenos estabelecimentos agrestinos, 12,5% dos estabelecimentos familiares da mesorregião, receberam algum tipo de financiamento. No total, receberam R\$ 126,43 milhões. Já os estabelecimentos patronais contemplados (699), os quais representam 9,9% do total de estabelecimentos patronais, receberam R\$ 34,3 milhões.

A fim de ilustração, se calculado o valor médio por unidade produtiva no agreste, verificar-se-á que unidades patronais receberam R\$ 49,2 mil, enquanto que nas unidades familiares receberam R\$ 16 mil. Médias semelhantes às do estado e do Nordeste. Como os estabelecimentos possuem maiores quantidades de terra e tendem a realizar práticas produtivas voltada a atender às necessidades do mercado, o seu acesso a recursos por financiamento pode ser maior (ver Tabela 12).

Tabela 12 - Nordeste, Paraíba e Agreste Paraibano: Estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento no ano de 2006.

Unidade regional	Estabelecimentos que receberam financiamentos e valores			
	Tipo de Agricultura	Estab.	Vlr (mil reais)	Vlr méd. (mil reais)
NE	N.F	30.406	1.651.176	54,3
	A.F.	294.993	4.355.414	14,8
PB	N.F.	2.378	127.032	53,4
	A.F.	22.466	295.523	13,2
AG	N.F	699	34.374	49,2
	A.F.	7.915	126.437	16

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 2006.

Basicamente, o agente financeiro responsável pela concessão de financiamento aos agricultores familiares foi o PRONAF.

Sousa e Targino (2009) destacam a importância do PRONAF para o pequeno agricultor quanto a disponibilidade diferenciada de crédito direcionado para o custeio da produção e investimento na infra-estrutura do estabelecimento. Ainda de acordo com eles, no que se refere a disponibilidade deste tipo de crédito para o Estado da Paraíba, entre os anos de 2000 e 2004 houve uma redução do número de contratos e do valor destes, enquanto que, no mesmo período se verificou um aumento no montante de crédito em nível nacional. Isso se justificaria pela falta de orientação técnica ao pequeno produtor e a sua falta de informação sobre o programa, o que dificultaria na sua participação.

De acordo com o Anuário do Crédito Rural, para o período do ano 2006 a 2012, o número de contratos realizados no Estado da Paraíba não apresentou anomalia em maior parte do período, diferente do que foi constatado entre o ano 2000 e 2006. Os contratos e seus valores para investimento foram superiores aos de custeio, já que aquisição de equipamentos e infra-estrutura são finalidades que demandam um maior volume de recursos (ver Tabela 13).

Tabela 13 – Paraíba: Número e contratos e valores concedidos pelo PRONAF por tipo de contrato do ano de 2006 a 2012.

Ano	Custeio		Investimento	
	Nº de contratos	Valor	Nº de contratos	Valor
2006	4.387	19.044.825,46	108.340	254.114.196,02
2007	4.170	18.233.209,79	56.829	118.664.628,64
2008	3.359	14.901.434,85	33.401	73.635.772,14
2009	3.477	18.875.658,10	41.201	111.490.042,41
2010	3.234	18.718.949,18	43.985	111.118.796,97
2011	3.008	24.053.233,69	47.185	126.300.120,47
2012	6.509	39.318.356,81	52.089	148.781.870,39

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural - Banco Central do Brasil.

Dos pequenos estabelecimentos que receberam financiamento, na maior parte deles (74,4%) a finalidade foi o investimento. Este correspondeu a R\$ 41,3 milhões de reais, 32,7% dos recursos recebidos, sendo 39,98% desse valor direcionado para a aquisição de bens imóveis, sendo seguido pela compra de animais para reprodução e/ou trabalho, e pela aquisição de terras (11,92%) (ver Tabela 14).

Tabela 14 – Paraíba e Agreste Paraibano: Direcionamento do investimento no ano de 2006.

Unidade regional	Tipo de agricultura	Tipo de investimento				
		(mil R\$)	(%)			
		Total	Terras adquiridas	Bens imóveis	Compra de animais para reprodução e/ou trabalho	Outros
PB	Total	261.802	11,16	32,54	27,32	28,98
	A.F	141.296	9,26	34,60	32,15	23,99
AG	Total	78.311	11,98	37,16	22,57	28,29
	A.F	41.301	11,92	39,98	26,30	21,80

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2006.

A base técnica da produção na agricultura familiar mostrou-se fragilizada pelo baixo acesso à orientação técnica, contando os pequenos estabelecimentos com o uso de baixa tecnologia para a realização das atividades produtivas. Quanto à disponibilidade de financiamento, o PRONAF foi a fonte de recursos mais representativa, sendo a maior parte desses destinado ao investimento em bens imóveis, compras de animais e aquisição de terras.

4.4 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS E PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

4.4.1 - Utilização das terras

Quanto à utilização das terras do Agreste Paraibano, verifica-se que a maior parte da área dos pequenos estabelecimentos está ocupada por pastagens naturais (35,7%), seguido pelo plantio de lavoura temporária (24,6%), lavoura permanente (7,1%), forrageira para corte (6,5%) e florestas (8,7%) (ver Tabela 15).

Tabela 15 – Paraíba e Agreste Paraibano: Área (ha) das terras por tipo de utilização no ano de 2006.

Unidade regional	Tipo de agricultura	Utilização das terras					
		Área (ha)	%				
		Total	Permanente	Temporária	Forrageira para corte	Pastagem natural	Matas e/ou florestas
PB	Total	3.787.404	2,3	11,9	3,3	38,8	19,1
	A.F.	1.596.656	3,0	16,6	3,8	36,3	17,5
AG	Total	910.524	4,8	14,5	5,6	38,8	13,8
	A.F.	369.647	7,1	24,6	6,5	35,7	8,7

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2006.

De acordo com Melo (1958), pode-se verificar uma explicação socioeconômica do passado sobre o uso da terra, por parte dos pequenos produtores, para lavoura temporária e permanente. Tratando-se da produção pecuária no Agreste pelo dono da terra, ele explica que:

A criação de gado é feita sob forma menos extensiva que nos sertões. São quase sempre cercadas as áreas de criação em cada fazenda. As espécies forrageiras da vegetação e o clima mais úmido permitem maior número de cabeças por unidade de superfície. Outros fatores também muito contribuem para melhorar a produtividade da pecuária. É costume soltarem-se os animais nas terras cultivadas com milho, feijão e fava, quando, em setembro, os rebanhos responsáveis por essas lavouras, terminam a colheita. Essa, talvez, a razão principal de serem as culturas permanentes e de grande ciclo proibidas aos pequenos agricultores que trabalham em terras das fazendas, norma que também se encontra nas áreas sertanejas e no Agreste de Pernambuco (MELO, 1958, p. 258).

Das práticas agrícolas comumente utilizadas nesses pequenos estabelecimentos, o plantio em nível era prática presente em 39,9% desse tipo de unidade produtiva.

4.4.2 – Produção e valores na agropecuária

De acordo com o Censo Agropecuário, a receita total da produção do estado no ano de 2006 foi de R\$ 2,3 bilhões, sendo 63,8% dela oriunda da produção vegetal e 30,5% da produção animal. Desse total, metade da receita teve origem na produção familiar. Enquanto isso, a receita total da produção agrestina foi de R\$ 1,06 bilhão, correspondendo a 45,3% da receita total do estado, levando em consideração que só a receita da produção familiar do agreste corresponde a metade da receita que foi obtida pra esta categoria de estabelecimento de todo o estado.

Neste tópico serão apresentados os tipos de produção e produtos originados deles, como também os valores referentes. Os tipos de produção apresentados aqui são referentes à lavoura temporária e permanentes, no que tange a produção vegetal e a produção animal.

4.4.2.1 – Lavoura temporária

De acordo com o censo, em 2006, dentro da produção da lavoura temporária nos estabelecimentos familiares do estado, em termos de quantidade, tiveram destaques os seguintes produtos: cana-de-açúcar, milho, feijões em seus diversos tipos, mandioca, abacaxi, fava em grão, batata-inglesa, amendoim em casca (ver Tabela 16). Basicamente, culturas alimentares que também se destacam nos estabelecimentos familiares do Agreste, sendo característica histórica dessa mesorregião (MELO, 1958; MOREIRA e TARGINO, 1997).

Tabela 16 - Paraíba e Agreste Paraibano: Quantidade produzida na lavoura temporária no ano de 2006.

Produtos da lavoura temporária	Unidade regional			
	PB		AG	
	Número		%	
	Total	A.F.	Total	A.F.
Forrageiras para corte (Toneladas)	1.202.803	1.152.024	97,1	97,7
Cana-de-açúcar (Toneladas)	3.600.354	427.225	4,2	10,0
Milho em grão (Toneladas)	202.152	171.656	30,9	31,9
Feijões (diversos) (Toneladas)	122.440	106.819	33,2	34,9
Mandioca (aipim, macaxeira) (Toneladas)	92.414	78.793	28,0	28,8
Abacaxi (Mil frutos)	68.432	34.417	15,2	22,6
Fava em grão (Toneladas)	8.880	8.221	77,6	77,4

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2006.

Um ponto interessante, dentre os produtos em destaque produzido nos estabelecimentos familiares, é a presença da cana-de-açúcar, já que se trata de um produto emblemático da monocultura presente nos estabelecimentos patronais. Quanto a isso, Moreira e Targino (2006) explicam que a presença dessa cultura se daria por conta de que esses pequenos produtores arrendam parte de sua terra para a produção de cana-de-açúcar, a fim de garantir uma renda adicional, dado que suas demais atividades agrícolas são realizadas com o intuito principal de garantia de sua subsistência.

O valor total da produção (VTP) de produtos da lavoura temporária do estado foi de R\$ 1,01 bilhão, correspondendo o VTP do Agreste a 22,9% deste valor. Se comparados os estabelecimentos familiares, dos R\$ 596,05 milhões da produção por todas as unidades do estado, 40,2% é referente a mesorregião em estudo. O que faz sentido, dado que, como visto aqui anteriormente, é o tipo de lavoura mais representativo da história dessa mesorregião. Em termos de participação no VTP, as lavouras com destaque foram as forrageiras para corte (35,6%), feijões, em seus diversos tipos (27,8%), e milho em grão (16,2%), sendo seguidos pela fava em grão (6,5%) e mandioca (5%) (ver Tabela 17).

Tabela 17 - Paraíba e Agreste Paraibano: Valor da produção temporária no ano de 2006.

Unidade regional	Tipo de agricultura	Produtos da lavoura temporária						
		mil R\$	%					
		Total	Fava em grão	Feijões	Mandioca	Milho em grão	Forrageiras para corte	Outros
PB	Total	1.018.470	2,06	19,59	4,11	14,30	9,54	52,46
	A.F.	596.050	3,24	29,39	5,99	20,53	14,79	29,30
AG	Total	301.914	5,59	23,85	4,54	14,99	30,49	26,12
	A.F.	239.455	6,49	27,79	5,04	16,18	35,59	15,40

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2006.

4.4.2.2 - Lavoura permanente

Dentro da produção permanente, os produtos com maior destaque, em termos de quantidade, produzidos dentro da agricultura familiar no estado foram a banana e a laranja. Tanto a primeira, com uma produção de 114.534 toneladas naquele ano, como a segunda, com uma produção de 13.085 toneladas, tiveram maior parte de sua produção gerada na microrregião do Brejo Paraibano, especificamente nas cidades de Matinhas e Pilões.

Além destas principais, as demais produções, exceto do agave, são originados da fruticultura (ver Tabela 18). Esta representatividade da pequena produção na produção de

frutas possivelmente ocorre pela ausência de pólos irrigados na Paraíba, estrutura esta que poderia levar a uma atuação maior dos estabelecimentos patronais neste tipo de produção.

Tabela 18 - Paraíba e Agreste Paraibano: Quantidade produzida lavoura permanente no ano de 2006.

Produtos da lavoura permanente	Unidade regional			
	PB		AG	
	Número		% *	
	Total	A.F.	Total	A.F.
Banana (Toneladas)	165.717	114.534	85,4	84,5
Laranja (Toneladas)	15.032	13.085	98,6	98,4
Agave, sisal (fibra) (Toneladas)	22.603	6.910	85,5	84,2
Tangerina, bergamota, mexerica (Toneladas)	7.544	6.792	100	100
Cajú (castanha) (Toneladas)	4.178	3.724	37,6	35,3
Agave, sisal (folha) (Toneladas)	4.915	3.542	93,2	93,1
Cajú (fruto) (Toneladas)	3.429	2.831	58,4	57,4
Maracujá (Toneladas)	3.582	2.636	49,1	49,8
Limão (Toneladas)	1.503	839	68,9	95,1
Manga (Toneladas)	1.677	635	38,2	57

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2006.

Nota: *produção total da mesorregião em relação a coluna correspondente para a Paraíba.

O VTP do estado foi de R\$ 737,1 milhões, sendo 65,8% deste valor correspondente aos estabelecimentos familiares. As produções com maior valor foram as de banana e de laranja que, juntas, corresponderam a 74% do VTP do estado. Quando verificados os valores referentes à produção do Agreste Paraibano, sua produção total correspondeu a 71,7% do VTP da produção estadual e, dentro desta mesorregião, os estabelecimentos familiares geraram R\$ 321,7 milhões em produtos da lavoura permanente, o que correspondeu a 61% do VTP gerado no Agreste (ver tabela 19).

Tabela 19 - Paraíba e Agreste Paraibano: Valores mais significativos da produção dos estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existente em 31/12/2006.

Unidade regional	Tipo de agricultura	Produtos da lavoura permanente			
		mil R\$	%		
		Total	Banana	Laranja	Outros
PB	Total	737.134	61,01	12,88	26,09
	A.F	485.355	61,36	10,98	27,62
AG	Total	528.359	73,48	17,34	9,17
	A.F	321.786	76,03	15,51	8,44

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2006.

4.4.2.3 – Produção pecuária

Neste tópico será abordada a produção de efetivos pecuários e seus subprodutos, e também os valores monetários relacionados a estes, como origem nos estabelecimentos familiares, em especial, do Agreste Paraibano.

De acordo com os dados censitários, os efetivos de maior destaque foram os bovinos, caprinos, ovinos, suínos, aves (galos, galinhas, frangas, frangos e pintos) e outras aves (patos, gansos, marrecos, codornas, perus, faisões, perdizes, avestruzes e outras aves não especificadas). No estado da Paraíba, exceto na produção de aves, os estabelecimentos familiares foram responsáveis pela produção de mais da metade de espécies por tipo de efetivo. Na produção total do Agreste comparada a do Estado, os efetivos citados apresentaram relevância, sendo o de aves o que mais se destacou, representando quase a metade da produção estadual (ver tabela 20).

Tabela 20 – Paraíba e Agreste Paraibano: Produção por tipo de efetivo no ano de 2006.

Unidade regional	Total	Espécie de efetivo					
		Bovinos	Caprinos	Ovinos	Suínos	Aves	Outras aves
PB	Total (n)	1.354.457	461.401	442.589	105.997	9.451.400	196.342
	A.F.*	55	55	56	79	32	64
AG	Total (n)	436.722	94.495	103.131	36.031	4.747.837	84.283
	A.F.*	51	46	49	77	37	57

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2006.

Nota: * participação percentual da produção familiar no total produzido.

O destaque para a produção avícola no Agreste, em relação ao total da produção do Estado, se dá pelo fato de, nesta mesorregião, especificamente na cidade de Guarabira, estar situada a Guaraves, empresa que, basicamente possui o controle desta atividade na região. Mesmo a própria empresa produzindo suas aves, ela também faz parceria com pequenos produtores, onde a empresa fornece os insumos e esses ficam responsáveis pela ave desde o período em que ainda são pintinhos até à engorda. Chegada a fase de engorda, as aves são devolvidas e os pequenos produtores remunerados (MOREIRA e TARGINO, 2011, p. 156). Esta justifica o porquê de uma atividade monopolizada na região possuir um efetivo elevado dentro da produção familiar.

Em relação à caprinocultura, Alves (2011) destaca sua importância na garantia de sobrevivência da família no meio rural do semi-árido. Além de este ser um efetivo adaptado

ao clima da região, são animais que podem ser vendidos de forma imediata a fim de atender alguma necessidade da família.

Moreira e Targino (2008) chamam a atenção para o fato inicialmente constatado, sobre os pequenos estabelecimentos serem responsáveis por mais da metade da produção total dos efetivos. Explicam que a criação de animais é considerada como uma forma de poupança, onde pode ser utilizada em momentos de necessidade.

A produção agropecuária familiar na mesorregião do Agreste Paraibano foi caracterizada pelo uso de maior parte de sua área para a produção de culturas alimentares. A presença da cana-de-açúcar em meio às demais culturas alimentares se deu como uma estratégia de complemento da renda do produtor. Na lavoura permanente, maior parte da produção era da fruticultura. Em relação à pecuária, verificou-se a produção de efetivos bovinos, caprinos, ovinos, suínos e aves, sendo a produção de alguns destes relacionados a estratégias comerciais para obtenção de renda extra.

4.5 – TRABALHO E RENDA

De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no ano de 2006, em 31 de dezembro, existiam 450.720 pessoas empregadas no setor formal, sendo que 23,6% deles correspondiam à mesorregião do Agreste Paraibano. Porém, esta não seria uma medida real da quantidade de pessoal ocupado, dada a existência do setor informal.

De acordo com o censo de 2006, naquele ano, havia 183.077 trabalhadores ocupados nos pequenos estabelecimentos agrestinos, mais da metade sendo do sexo masculino. Trata-se de uma quantidade superior à registrada no meio formal para a mesorregião, constatando-se efetivamente a importância das propriedades familiares na absorção da mão de obra. Se comparadas às propriedades patronais, as familiares representavam 91,6% do pessoal ocupado, sendo maior parte de trabalhadores com vínculo familiar com mais de 14 anos. Em segundo lugar, presente em 9,5% dos estabelecimentos, estaria a figura do empregado temporário, adicionado ao estabelecimento familiar para auxiliar nas atividades de preparo do solo, semeadura e colheita da produção (ver tabela 21).

Tabela 21 - Nordeste, Paraíba e Agreste Paraibano: Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários no ano de 2006.

Unidade regional	Tipo de agricultura	Forma de mão de obra					
		Número	%				
		Total	POF 14 anos -	POF <14 anos	EP	ET	Outra
NE	Total	7.699.138	74,5	6,1	4,2	14,6	3,1
	AF	6.716.706	80,3	6,8	1,0	11,7	1,7
PB	Total	490.317	78,2	5,3	3,7	12,1	3,5
	AF	434.636	82,9	5,7	1,0	10	2,0
AG	Total	199.770	80,7	5,2	2,7	11,1	2,7
	AF	183.077	84,0	5,5	0,8	9,5	1,5

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2006.

Nota: POF |- 14 anos = Pessoal ocupado familiar com 14 anos e mais de idade; POF < 14 anos = Pessoal ocupado familiar com menos de 14 anos; EP = empregado permanente; ET = empregado temporário.

Segundo Aquino et al. (2014), uma das justificativas plausíveis para a intensa absorção de mão-de-obra nas pequenas produções seria pouca ou nula utilização de tecnologias no processo produtivo:

O comportamento dos indicadores de ocupação verificados no campo paraibano, em certo sentido, segue a tendência regional e representa o efeito da insuficiência e do uso desigual de tecnologia no campo. Deve-se lembrar que o estado da Paraíba não apresenta, em nenhuma de suas microrregiões, uma agricultura altamente modernizada, como ocorre nas áreas irrigadas do Pólo Açu-Mossoró, Rio Grande do Norte, e no Vale do São Francisco, em Pernambuco. Assim, tem-se espaço para uma maior demanda por mão-de-obra nos estabelecimentos familiares, sendo este tipo de produtor a principal fonte de ocupação para a população de um número elevado de municípios, especialmente nos anos de invernos normais como foi em 2006 (AQUINO et al., 2014, p. 56)

Algumas características destes trabalhadores com vínculo familiar é de que a maioria deles morava no estabelecimento em que trabalhava, metade deles sabia ler e escrever, menos de 3% recebiam salário e menos de 1% tinha alguma qualificação profissional.

Quanto ao emprego temporário, o Censo mostrou que, entre os meses de fevereiro e junho, foi maior a quantidade de estabelecimentos familiares que recorreram a esta modalidade de emprego. Nesses meses, maior parte dos estabelecimentos registrou o pagamento de menos de 30 diárias. De acordo com calendários agrícolas, esse período corresponde à época de plantio e colheita de algumas culturas vegetais temporárias na região, como a do feijão e da mandioca, ocorrendo também o plantio do milho.

Se comparados os setores formal e informal, estritamente, quanto a sua capacidade de absorção de mão-de-obra, fatores como garantia de uma remuneração mínima, contribuições e

restrições legais quanto à contratação de mão-de-obra limitam o setor formal. Porém, o que se está apresentando aqui é a capacidade de ocupação de mão-de-obra no universo camponês e que garante uma possibilidade de sobrevivência na região. Principalmente as pessoas que não encontram colocação no setor formal.

Ferreira e Moreira (2014) apontam o crescimento do mercado de trabalho em outras regiões, como a ocorrida na capital do Estado, João Pessoa, onde se verifica o dinamismo do setor de serviços e de construção civil como um ponto influente no êxodo rural, representado por trabalhadores em busca de maiores níveis de renda. Porém, este crescimento pode não ser permanente, tendendo a retrair-se, como aconteceu nos anos recentes.

Em relação à renda dos estabelecimentos, 69% dos estabelecimentos possuíam renda anual inferior a R\$ 20.000 em 2006. A característica de produção para subsistência pôde ser verificada estritamente em 23,6% das propriedades familiares agrestinas. Já as rendas mais elevadas, superiores a R\$ 20.000 se encontravam em 7,3% das pequenas unidades (ver Tabela 22). Além da receita da produção agropecuária estes estabelecimentos contaram com recursos previdenciários, estes representando a maior parcela dos rendimentos não agropecuários.

Tabela 22 - Paraíba e Agreste Paraibano: Grupo de renda no ano de 2006.

Unidade regional	Tipo de agricultura	Grupos de renda dos estabelecimentos agropecuários			
		Número	%		
		Total	Sem renda	Menos de R\$ 20.000	Mais de R\$ 20.000
PB	Total	2428417	22,58	69,62	7,80
	A.F.	154303	21,13	70,57	8,30
AG	Total	70517	24,87	67,11	8,02
	A.F.	66017	23,64	69,02	7,33

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2006.

Além das atividades comumente relacionadas à agropecuária nos estabelecimentos familiares do Agreste Paraibano, as quais geram as receitas provenientes da produção vegetal e animal, também há o exercício de atividades complementares desenvolvidas dentro dessas unidades produtivas. Através do Censo Agropecuário foi registrada a presença das seguintes atividades geradoras de receita: turismo rural no estabelecimento; exploração mineral; produtos da agroindústria; beneficiamento de produtos agropecuários para terceiros; e outras atividades não-agrícolas realizadas no estabelecimento (artesanato, tecelagem, etc.).

De acordo com Schneider (2009), essas atividades estariam relacionadas à pluriatividade no meio rural, onde há uma combinação de pelo menos duas atividades, em que uma delas está

ligada à agricultura. Trata-se da combinação de atividades agrícolas (processo de plantio e colheita), atividades para-agrícola (processo de beneficiamento de produtos agrícolas), e atividades não-agrícolas, as relacionadas aos outros setores da economia (indústria e serviço).

Dentro dos pequenos estabelecimentos, o exercício da pluriatividade representa uma estratégia que possibilita a continuidade da existência da produção familiar. Além de garantir uma fonte adicional de renda, através da comercialização de produtos e serviços, mesmo as atividades não-agrícolas geram objetos como ferramentas e outros itens que têm como fim o autoconsumo, atendendo às necessidades cotidianas dos estabelecimentos.

O trabalho nos estabelecimentos familiares no Agreste Paraibano era exercido, em sua maioria, por familiares do responsável pela unidade produtiva, sendo maior parte dos trabalhadores do sexo masculino, esses possuindo idade superior a 14 anos de idade. O trabalho temporário era empregado, principalmente, nos meses de cultivo e colheita. Além da renda proveniente da atividade agropecuária, os trabalhadores contaram com recursos da previdência social, além do exercício da pluriatividade.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados indicaram a permanência da forma de produção familiar dentro da atividade agropecuária na mesorregião do Agreste Paraibano. Esta é uma constatação que diverge do esperado pelos teóricos clássicos do século 20, os quais acreditavam na tendência de desaparecimento da atividade familiar no campo à medida que o modo de produção capitalista adentrasse o espaço camponês.

Movimentos de atuação socioterritorial, juntamente com a criação e prática de políticas públicas voltadas para a atividade socioeconômica no campo, vêm atuando de forma a amenizar a desigualdade existente entre os pequenos e grandes produtores. A coexistência de uma estrutura fundiária com elevado nível de concentração, com um processo de minifundização apresenta aspectos negativos quanto a elevação do nível de produtividade das pequenas propriedades. Em resposta a isto, no Agreste Paraibano, o MST e a CPT foram atuantes no processo de reforma agrária junto ao INCRA.

As características socioeconômicas dos diretores dos estabelecimentos familiares indicaram a existência de dificuldades que poderiam ser impedimentos à prática de métodos produtivos mais eficientes. Porém, em resposta a isso, foi constatada a existência de políticas públicas relacionadas à educação formal e a orientação técnica. Políticas essas que tinham como objetivo a capacitação dos responsáveis pelos estabelecimentos camponeses, cujo resultado não é imediato, mas torna-se um alicerce para o aumento de produtividade do setor no longo prazo.

Além das políticas voltadas à educação e orientação técnica dentro dos estabelecimentos, se verifica a política de crédito, tendo como principal vetor o PRONAF, este potencializando a capacidade de investimento produtivo dos estabelecimentos familiares.

A produção agropecuária familiar no Agreste Paraibano foi caracterizada pela diversidade de alimentos, seja na lavoura temporária (feijão, milho e mandioca), seja na lavoura permanente, tendo destaque nesta lavoura os itens da fruticultura. A presença da produção da cana-de-açúcar nos pequenos estabelecimentos se dá como uma estratégia de aumento da renda do produtor, o qual arrenda parte da terra para tal produção. Estratégia de obtenção de renda extra que também é verificada na produção pecuária, em especial, na avicultura, só que através de parceria entre o pequeno produtor e empresa na produção das aves.

A agricultura familiar foi um setor que absorveu maior parte da mão de obra em atividade na agropecuária da mesorregião agrestina. Essa absorção mostra sua importância

quando se trata de geração de emprego, apesar do nível de renda ser inferior ao almejado no setor formal. Em complemento às atividades ligadas diretamente a agropecuária, foi verificada a presença da pluriatividade como forma de adaptação e superação das limitações encontradas na atividade laboral no campo.

As políticas públicas adotadas no campo se mostraram relevantes para a transformação do universo campestre em benefício da agricultura familiar. Políticas estas que vem sendo ameaçadas com as recentes mudanças nos órgãos que as promovem.

A importância deste trabalho se dá justamente para a importância que aparentemente não é dada a este tema, principalmente pelos pesquisadores que se prendem ao economicismo, os impedindo de se interessarem sobre a agricultura familiar, apesar de, como visto aqui para o Agreste Paraibano, ser de extrema significância para a produção de alimentos e emprego no campo no Estado da Paraíba.

Algumas dificuldades relacionadas à elaboração deste trabalho estavam ligadas à disponibilidade de dados recentes sobre o tema. O método adotado aqui foi posto de forma a poder subsidiar, com informações secundárias mais atualizadas, os próximos trabalhos sobre a agricultura familiar no Agreste Paraibano.

Como sugestão, seria ideal a utilização do próximo Censo Agropecuário, o qual está em andamento neste momento, para a verificação do resultado de algumas políticas públicas postas em exercício após a publicação do Censo Agropecuário de 2006.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. F. As Representações Sociais Configurando as Dinâmicas Produtivas e Socioculturais dos Camponeses no Semiárido Paraibano: em busca de uma sustentabilidade. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 42, n. 2, jul/dez, 2011, p. 34 – 46.

AQUINO, J. R. et al. Agricultura Familiar no Estado da Paraíba: Uma Análise a Partir de Tabulações Especiais do Censo Agropecuário 2006. *Rev. Econ. NE*, Fortaleza, v. 45, n. 4, p. 51-63, out./dez., 2014.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. Anuário Estatístico do Crédito Rural (Até 2012). Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>. Acesso em: 23 fev. 2018.

BRASIL. **LEI nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 20 mai. 2016.

BRASIL. **LEI nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112188.htm >. Acesso em: 12 set. 2017.

BRASIL. **DECRETO nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file> >. Acesso em: 7 nov. 2017.

BRUMER, A. **Gênero e Agricultura**: A situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 205-227, 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699.pdf> >. Acesso em: 24 fev. 2018.

CASTRO, César Nunes de. **A agricultura no nordeste brasileiro**: oportunidades e limitações ao desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para discussão 1786, 2012.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Calendário do Plantio e Colheita de Grãos no Brasil 2017**. Disponível em: < <http://www.conab.gov.br> >. Acesso em: 14 mar. 2018.

CHAYANOV, A. V. **Teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas**, 1924. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223914353V2aDN7ku4Mf79OI1.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2016.

_____. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena (Org.). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.134-163.

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Tração Animal**: vantagens no uso da pequena propriedade. RO, Porto Velho, 1993. Disponível em: <

<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/55553/1/FD-0800001.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

FARIA, N. M. X. et al. Intoxicação por agrotóxicos no Brasil: os sistemas oficiais de informação e desafios para a realização de estudos epidemiológicos. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, n. 12, p. 25-38, 2007

FERREIRA, D. S. **Aspectos da Questão Agrária na Paraíba**: ocupações, assentamentos e impactos territoriais da reforma agrária (1984 à 2013). João Pessoa, 2016.

FERREIRA, D. S.; MOREIRA, E. R. **Aspectos da Luta Pela Terra na Paraíba**: a dinâmica recente dos processos de ocupação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7, 2014, Vitória/ES. Disponível em:<
http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1403221224_ARQUIVO_Aspectosdalutape laterranaParaibaadinamicarecentedosprocessosdeocupacao.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2018.

FULGÊNCIO, F. M. G. A.; VEIRA, A. M. S. Avaliação dos Fundos Rotativos Solidários: Impactos no Desenvolvimento Social. CAOS – **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 16, PB/ João Pessoa, mar. 2011.

GRAMMONT, H. C. e MARTINEZ VALLE, L. (comp.). (Org.). La pluriactividad en el campo latinoamericano, 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso – Serie FORO, 2009, v. 1, p. 132 – 161.

GUZMÁN, E. S; MOLINA, M. G. **Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato**. Tradução literal de Ênio Guterres e Horacio Martins de Carvalho. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2013.

IBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2009.

IBGE/SIDRA. **Censo Agropecuário 2006**: agricultura familiar – MDA/PRONAF (Lei 11.326 de 24/07/2006). Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em:
<<https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/CA/A/Q>>. Acesso em: 12 ago. 2017

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Painel de Assentamentos da Reforma Agrária em 31/12/2017. Disponível em:<
<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. **Pronera**: educação na reforma agrária. Disponível em:

<http://www.incra.gov.br/educacao_pronera>. Acesso em: 8 nov. 2017.

_____. **Reforma Agrária**. Disponível em:<<http://www.incra.gov.br/reformaagraria>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

INEP – INTITURO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA. **Resultados Finais Censo Escolar 2017 (redes estaduais e municipais) – Anexo II**. Disponível em: < <http://inep.gov.br/resultados-e-resumos>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise, Brasília, n. 20, 2012.

KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. Porto: Portucalense, 1972 (1899).

LÊNIN, V. **Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1975.

_____. A correspondência Marx/Zasulich: cartas e rascunho. In SHANIN, Teodor. **Marxtardio e a via russa**. São Paulo: Expressão popular, 2017.

MELO, Mário Lacerda de. **Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos da geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

_____. Desempenho da Agropecuária Paraibana na década de 1990. In: Campos, F.L.S; Moreira, I.T.; Moutinho, L.M.G. **A Economia Paraibana**: estratégias competitivas e políticas públicas. João Pessoa, PB: Editora Universitária / UFPB, 2006, p. 47 -107.

_____. Política pública e organização agrária no Cariri paraibano. **Geonordeste** (UFS), v. XIX, p. 107-127, 2008.

_____. Espaço, Capital e Trabalho no Campo Paraibano. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 147-160, out. 2011.

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO EM EMPREGO. **Relação Anual de Informações Sociais** (RAIS): vínculos ativos em 31/12 de 2006 no estado da Paraíba e Agreste Paraibano. Disponível em:< <http://bi.mte.gov.br/scripts10/dardoweb.cgi>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

OLX. OLX Paraíba. **Tratores de pequeno/médio porte à venda na Paraíba**. Disponível em:< <http://pb.olx.com.br/agro-e-industria/tratores-maquinas-e-implementos?q=trator&sp=1>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

SCHNEIDER, Sergio. Palestra Magna: **Desafios e Perspectivas da Segurança Alimentar**. 2017. (49m50s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k4LnHqesgiQ>. Acesso em: 12 fev. 2018.

SILVA, M. B. **Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, website do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 27 nov. 2015. Disponível em:< <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/assist%C3%A2ncia-t%C3%A9cnica-e-extens%C3%A3o-rural>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

SOARES, Wagner Lopes. **Uso dos agrotóxicos e seus impactos à saúde e ao ambiente**: uma avaliação integrada entre a economia, a saúde pública, a ecologia e a agricultura. Rio de Janeiro: Fiocruz, tese de doutorado, 2010. Disponível em: http://bvssp.icict.fiocruz.br/pdf/25520_tese_wagner_25_03.pdf. Acesso em: 17 Abr. 2016.

SOUSA, R. B; TARGINO, I. **Perfil da Produção Familiar Rural na Paraíba**. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009.

VASCONCELOS et al. **A Relação da História da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e dos Movimentos Sociais para a Reforma Agrária Paraibana e a Agroecologia como Revitalização da Valorização dos Agricultores Assentados**. Bananeiras, 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **Em busca da modernidade social**: uma homenagem a Alexander, V. Chayanov. Campinas: Editora Unicamp, 1980.